

# Mulheres indígenas querem mais espaço no debate sobre saúde

*Em moção conjunta, etnias repudiam a exclusão em debates e em grupos de trabalhos da Conferência de Saúde das Mulheres, encerrada neste domingo. Na abertura, ministro foi vaiado e ouviu “fora, Temer”*

[\(Rede Brasil Atual, 20/08/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Terminou hoje (20), em Brasília, a 2ª Conferência Nacional da Saúde da Mulher (2ª CNSMu). O evento, que teve início na última quinta-feira (17), com caminhada pela saúde e pela vida das mulheres, será lembrado pela vaia monumental que abafou o discurso do ministro da Saúde, Ricardo Barros, na solenidade de abertura. As vaias e o “Fora Temer” tiveram a mesma duração do titular da pasta.

Ao todo, foram dois dias inteiros de debates sobre o papel do estado no desenvolvimento socioeconômico e ambiental, das vulnerabilidades e equidade, do mundo do trabalho e suas consequências e das políticas públicas e participação social sempre na perspectiva dos reflexos na vida e na saúde das mulheres.

Ainda não foram sistematizadas as diretrizes aprovadas pelas 1.800 delegadas de todo o país para a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres. Mas foram divulgadas algumas moções aprovadas, entre elas a das mulheres indígenas, que se manifestaram contra a exclusão dos debates e por não terem sido convidadas a palestrar no âmbito da discussão dos eixos temáticos.

E entre as reprovadas, a de apoio ao chamado Estatuto do Nascituro (PL 478/2007), que tramita no Congresso. O projeto privilegia os direitos do feto desde o momento da concepção e torna o aborto crime hediondo. Em seu perfil nas redes sociais, a presidenta do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo (Sinpsi), Fernando Magano, comemorou a derrubada da moção.

Além da votação das propostas, este último dia foi dedicado à premiação de seis experiências de projetos desenvolvidos pelo país.

De acordo com a coordenadora da conferência, Carmem Lucia Luiz, trata-se de projetos de participação social na atenção à saúde integral das mulheres. Entre eles, o projeto TransformaDor, realizado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), que atende mulheres grávidas para que elas não sofram violência obstétrica e tenham liberdade sobre seus corpos e seus partos.

“Atendemos 450 mulheres na região periférica de Belém. Pra nós, não respeitar a mulher na hora do parto é violência de gênero e precisa ser combatida”, disse Edna Barreto, coordenadora do projeto.

Receberam menção honrosa o Ambulatório Trans, em Lagarto (SE), que acolhe a população transexual de forma humanizada, com atendimento médico e psicossocial; o projeto Passo a Pássaro, em Teresina (PI), com atendimento e oficinas em saúde às mulheres privadas de liberdade da Penitenciária Feminina de Teresina; o projeto Barriguda, em Macaíba (RN), que realiza pré-natal na comunidade quilombola Capoeiras; e o projeto Práticas de Cuidado em Saúde com Trabalhadoras do Sexo, com acolhimento a esse segmento, em Fortaleza (CE).